COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 12
RUBRICA

CONTRATO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 011/2023– CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 008/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO: N° 010/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA E A EMPRESA **MARTINS CONSTRUÇÕES GASES E FERRAMENTAS LTDA** CNPJ/MF: 41.788.110/0001-47, QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n° 06.554.018/0001-11, estabelecido na Praça Agostinho Varão, s/n, CEP: 64.855-000, Centro de Antônio Almeida, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Marcelo Toledo Laurini, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade/RG n° 9.149.543 X SSP SP e inscrito no CPF n° 085.669.728-13, residente e domiciliado em Antônio Almeida/PI.

CONTRATADA: **MARTINS CONSTRUÇÕES GASES E FERRAMENTAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n° 41.788.110/0001-47, com sede na Avenida Bucar Neto, n° 33, Centro, no Município de Floriano, no Estado do Piauí, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **IBERE COELHO MARTINS**, CPF n° 386.738.603-00.

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo da Dispensa de Licitação n° 008/2023, instruída através do Processo Administrativo n° 011/2023– CPL/PMAA, nos termos das cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste ajuste a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BENS E INSUMOS DESTINADOS AS NECESSISDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo a Dispensa de Licitação n° 008/2023 e seus anexos, bem como seu respectivo Termo de Referência e a Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora, instrumentos presentes no Processo Administrativo n° 011/2023– PMAA, vinculando esta avença para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

2.1. O valor global contratado no presente ajuste, para fornecimento do objeto licitado, é de R$ 53.837,00 (CINQUENTA E TRES MIL E OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS)., conforme detalhamento dos itens e especificações abaixo indicada:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 73
RUBRICA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	OXIGÊNIO MEDIC. DE 1.0M³ CARGA	CIL	30	170,00	5.100,00
02	OXIGÊNIO MEDIC. DE 2.0M³ CARGA	CIL	35	280,00	9.800,00
03	OXIGÊNIO MEDIC. DE 3.0M³ CARGA	CIL	40	350,00	14.000,00
04	OXIGÊNIO MEDIC. DE 7.0M³ CARGA	CIL	25	490,00	12.250,00
05	OXIGÊNIO MEDIC. DE 10.0M³ CARGA	CIL	20	580,00	11.600,00
06	REGULADOR OXIG. MEDIC. C FLUXOMETRO	UNIT	01	650,00	650,00
07	UMIDIFICADOR USO DE OXIGÊNIO MEDICINAL 250ML PLASTICO	UNIT	03	75,00	225,00
08	EXTENSÃO COM 02 MTS USO DE CATETER	UNIT	05	21,00	105,00
09	CATETER NASAL TIPO OCULOS	UNIT	05	21,50	107,50

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

3.1. Este Contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2023, contados de sua assinatura.

3.2. Compete as partes, de comum acordo, nos termos previstos neste instrumento, na Lei nº 14.133/21 e outras disposições legais, realizar por escrito através de Termo Aditivo, alterações contratuais que julgarem convenientes. Sendo reservado à Administração Pública, na busca pelo interesse administrativo, alterar unilateralmente a presente pacto, conforme permissivo legal.

3.3. O Contrato firmado poderá ser prorrogado, caso se enquadre na prerrogativa prevista no inciso II do art. 107 da Lei nº 14.133/21, desde que seja interessa das partes envolvidas e sejam preservadas todas as vantagens para a municipalidade, cumpridas as formalidades legais.

3.4. A Contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme dispõe o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

4.1. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Antônio Almeida/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária:

Despesa:	
Órgão:	02 Prefeitura Municipal de Antônio Almeida
Unidade:	04 Fundo Municipal de Saúde
Subunidade:	00 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade:	10.301.0120.2017.0000 Manutenção dos Serviços Municipais de Saúde 10.301.0120.2018.0000 Manutenção dos Serviços Municipais de Saúde
Rubrica:	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Projeto/Atividade:	10.305.0125.2025.0000 Ações de Vigilância Epidemiológica
Rubrica:	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Unidade:	11 Secretaria de Saúde e Saneamento
Subunidade:	00 Secretaria de Saúde e Saneamento

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 74
RUBRICA

Projeto/Atividade:	10.301.0120.2051.0000 Manutenção dos Serviços Municipais de Saúde
Rubrica:	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONTRATADA

5.1. Para a execução deste contrato, entre outras, constituem obrigações da Contratada:

a) Entregar o objeto da presente contratação, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e edital, inclusive no que tange aos prazos, condições e locais de entrega, mediante solicitação de fornecimento feito pelo Município sob pena de rescisão de contrato.

b) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega do objeto desta contratação, inclusive materiais, mão de obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciária, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução.

c) Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto.

d) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados ao Contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

e) A Contratada comprometer-se-á a dar total garantia quanto a qualidade dos produtos fornecidos, bem como efetuar a substituição, totalmente às suas expensas, de qualquer material fornecido fora das especificações constantes da proposta apresentada, quando requisitado pelo Contratante.

f) Comunicar imediatamente, por escrito, ao Contratante, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada, como também informar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

g) Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do Contrato, e que sejam ajuizados contra o Contratante por terceiros.

h) Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na contratação.

I) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONTRATANTE

6.1. São obrigações do Município de Antônio Almeida/PI, por intermédio de suas secretarias, fundos e órgãos:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 75
RUBRICA

a) Receber os produtos adjudicados, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com a Nota de Empenho e atestando seu recebimento.

b) Permitir o acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências do Contratante para a entrega dos materiais proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições ora ajustadas.

c) Promover, por meio de servidores especialmente designados, o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato Administrativo sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite observando o detalhamento contido neste Termo ou devolvendo para substituição, os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas, sem ônus para o Contratante.

d) Efetuar o pagamento dos bens fornecidos pela Contratada, em até 30 (trinta) dias após recebimento definitivos dos produtos e após atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal, comprovando o efetivo fornecimento dos produtos.

e) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua Proposta de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os objetos deverão ser entregues diretamente nos locais indicados na Ordem de Fornecimento, de acordo com a necessidade de consumo, até a quantidade limite contratada, no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de entrega da Nota do Empenho e Autorização de Fornecimento ao fornecedor, sem qualquer acréscimo adicional para a Administração independentemente da quantidade solicitada.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta e, em seguida, definitivamente, após a verificação da conformidade dos mesmos e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

7.3. Acaso insatisfatória a verificação dos produtos, será lavrado termo de recusa dos mesmos, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo a ser determinado pelo setor competente, contados da comunicação formal da Administração do Setor à Contratada, sob pena de aplicação das punições previstas nestes instrumentos.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5° (quinto) dia do mês subsequente ao fornecimento definitivo dos bens, acompanhado da nota fiscal/fatura, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato/nota de empenho, cópia das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS certidões conjunta de dívida ativa e débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto a fazenda estadual, certidão negativa de débitos municipais, ordem de fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto na Lei n° 14.113/21.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 76
RUBRICA

8.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

b) A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$R = V \times \frac{I - Io}{Io}$ = onde:

R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I - Índice (IPCA), correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);
Io – Índice (IPCA), correspondente à data base.

9.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada, conforme solicitações de fornecimento realizadas pelo Contratante.

9.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução desta avença será exercida por fiscal de contrato ou equipe de fiscais designados pela Administração municipal. O fiscal designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL. 77
RUBRICA

nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma, conforme previsto na Lei nº 14.113/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. A Contratada estará sujeita à imputação das penalidades, conforme decidir a autoridade competente em caso de cometimento de infração administrativa nos termos da Lei nº 14.113/21, ante a eventual inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para ao Contratante.

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e de 1,0% (um por cento) por dia, após o trigésimo dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

b.1) Multa de 5,0% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento).

b.2) Multa de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no CRC, por prazo não superior a 02 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

c.2) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto.

c.3) Não mantiver a Proposta de Preços apresentada no certame licitatório.

c.4) Falhar gravemente na execução do contrato.

c.5) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, entre outros comportamentos e em especial quando:

d.1) Apresentar documentação falsa exigida para o certame.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 78
RUBRICA

d.2) Comportar-se de modo inidôneo.

d.3) Cometer fraude fiscal.

d.4) Fraudar na execução do contrato.

11.2. Também fica sujeito às penalidades da Lei, a Contratada que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, no qual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, com comunicações realizadas por meio do Diário Oficial do Município, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.113/21.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5. As multas poderão ser cominadas de forma cumulativa.

11.6. Os valores das multas aplicadas serão descontados "ex-officio" de qualquer crédito existente da Contratada, junto ao Município Contratante, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas na Lei nº 14.113/21.

12.2. O presente ajuste poderá ser rescindido unilateralmente ou por acordo entre as partes nas formas e condições definidas na legislação vigente.

12.3. Para a rescisão unilateral a Contratante deve proceder a notificação da empresa Contratada, por escrito, concedendo prazo mínimo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação de suas razões, sem que lhe caiba qualquer ônus. Dispensa-se este prazo quando o motivo da rescisão for imputável à Contratada.

12.4. Por meio deste ajuste, as partes interessadas reconhecem os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei nº 14.113/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICADA E CASOS OMISSOS

13.1. Este Contrato Administrativo será regido pelas normas presentes na Lei nº 14.113/21; legislações complementares; regulando-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 79
RUBRICA

aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.2. Os instrumentos legais mencionados no item anterior, bem como os princípios que regem a atuação da Administração Pública e as normas relativas a contratos, devem dirimir os casos omissos eventualmente identificados no curso da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE

14.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por aqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, para o ramo pertinente, como previsto na Lei nº 14.113/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato resumido do instrumento do Contrato será publicado pelo ente Contratante no Diário Oficial do Município, em cumprimento ao disposto no art. 176, parágrafo único e inciso I, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade e comarca de Antônio Almeida/PI, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelos Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Antônio Almeida/PI, 27 de janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA
Sr. MARCELO TOLEDO LAURINI
Contratante

IBERE COELHO MARTINS
MARTINS CONSTRUÇÕES GASES E FERRAMENTAS LTDA
CONTRATADA
Contratada

Testemunhas:

01 – Nome: Djandison Borges Leal
CPF: 800.045.553-68

02 – Nome:
CPF:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 80
RUBRICA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011/2023 – CPL/PMMA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 008/2023.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.

CONTRATADO: MARTINS CONSTRUÇÕES GASES E FERRAMENTAS LTDA (CNPJ Nº 41.788.110/0001-47).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BENS E INSUMOS DESTINADOS AS NECESSIDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.

, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESPECIFICADOS NO QUADRO ABAIXO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R$ 53.837,00 (CINQUENTA E TRES MIL E OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

SUBSCRITORES: MARCELO TOLEDO LAURINI E MARTINS CONSTRUÇÕES GASES E FERRAMENTAS LTDA.

DATA DA ASSINATURA: 27/01/2023.

Antônio Almeida/PI, 30 de janeiro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FL 84

Id:089B812C8AD5BE29

Prefeitura Municipal de ANTÔNIO ALMEIDA

CNPJ Nº 06.554.018/0001-11
Praça Agostinho Vieira, 67 - centro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011/2023 – CPL/PMAA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 006/2023.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.

CONTRATADO: MARTINS CONSTRUÇÕES GASES E FERRAMENTAS LTDA (CNPJ Nº 41.788.110/0001-47).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BENS E INSUMOS DESTINADOS AS NECESSIDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI, , CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESPECIFICADOS NO QUADRO ABAIXO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R$ 53.887,00 (CINQUENTA E TRES MIL E OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

SUBSCRITORES: MARCELO TOLEDO LAURINI E MARTINS CONSTRUÇÕES GASES E FERRAMENTAS LTDA.

DATA DA ASSINATURA: 27/01/2023.

Antônio Almeida/PI, 30 de janeiro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
PREFEITO MUNICIPAL

Id:089B812C8AD5C475

Prefeitura Municipal de ANTÔNIO ALMEIDA

CNPJ/MF Nº 06.554.018/0001-11

ERRATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 162/2022 – CPL/PMAA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 016/2022
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 004/2023 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA, Estado do Piauí, informa ao certame acima referenciado, da alteração, das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, Processo Administrativo nº 162/2022, publicado no DOM de 25.01.2023 Edição IVDCCLVIII.

No texto **ONDE SE LÊ** CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Antônio Almeida/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária – Fonte dos recursos: IPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, FMAS, BENEFICIOS EVENTUAIS, CIDE e demais Recursos Próprios e demais Recursos Próprios e Despesa:

Unidade Orçamentária: *02.02 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;*
Projeto Atividade: *2.003 – Man. dos Serviços de Administração Geral;*
Natureza da Despesa: *3.3.90.33.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*
Unidade Orçamentária: *02.03 – Fundo Municipal de Assistência Social;*
Projeto Atividade: *2013/2064 – Man. dos Serviços de Assistência Social/Benefícios Eventuais*
Natureza da Despesa: *3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

LEIA-SE: CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Antônio Almeida/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária – Fonte dos recursos: IPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, FMAS, BENEFICIOS EVENTUAIS, CIDE, FUS, FMS, e demais Recursos Próprios e demais Recursos Próprios e Despesa:

Unidade Orçamentária: *02.02 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;*
Projeto Atividade: *2.003 – Man. dos Serviços de Administração Geral;*
Natureza da Despesa: *3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*
Unidade Orçamentária: *02.03 – Fundo Municipal de Assistência Social;*
Projeto Atividade: *2013/2064 – Man. dos Serviços de Assistência Social/Benefícios Eventuais*
Natureza da Despesa: *3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

Unidade Orçamentária: *02.04 – Fundo Municipal de Saúde;*
Projeto Atividade: *2017/2018 – Man. dos Serviços municipais de Saúde*
Natureza da Despesa: *3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

Antônio Almeida – PI, 30 de Janeiro de 2023.

PEDRO MATEUS SANTANA DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Id:0F8BDC865E87C470

Prefeitura Municipal de ANTÔNIO ALMEIDA

CNPJ Nº 06.554.018/0001-11
Praça Agostinho Vieira, 67 - centro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº. 033/2023.

Nomeia Servidora em Cargo Comissionado, conforme especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANTONIO ALMEIDA, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições e com base nos incisos VI e IX, do Art. 74, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR**, do Cargo em Comissão de **SECRETÁRIA EXECUTIVA**, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL, a Sra. **CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA SANTANA**, portadora do CPF nº 429.187.663-72.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/02/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Antônio Almeida, em 06 de fevereiro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se:

Franklin Pereira dos Santos
Secretário de Administração

Numerada, registrada e publicada a presente Portaria, no mural da Prefeitura e em outros locais públicos do município neste data e no jornal "Diário Oficial dos Municípios".

Marcelo Leal Costa
Chefe de Gabinete

Id:07383B842D4BC476

Prefeitura Municipal de ANTÔNIO ALMEIDA

CNPJ Nº 06.554.018/0001-11
Praça Agostinho Vieira, 67 - centro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº. 044/2023.

Nomeia Servidores por Tempo Determinado por ter sido aprovado em Teste Seletivo de Analise de Curriculos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANTONIO ALMEIDA, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições e com base nos incisos VI e IX, do Art. 74, da Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 1º da Lei Municipal nº 193/2013, combinado com a Lei Federal nº 8.745 de 09/12/1993,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** por **TEMPO DETERMINADO EM CARÁTER DE URGENCIA**, no cargo de **FISIOTERAPEUTA**, em razão de ter sido classificado no Teste Seletivo de Analise de Curriculos convocado por este Poderoso Municipal através do Edital nº 001/2023, o Sr. **HIGO DE JESUS TRAJANO MOUSINHO**, CPF: 008.526.873-97.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Antônio Almeida, em 13 de fevereiro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se:

Franklin Pereira dos Santos
Secretário de Administração

Numerada, registrada e publicada a presente Portaria, no mural da Prefeitura e em outros locais públicos do município neste data e no jornal "Diário Oficial dos Municípios".

Marcelo Leal Costa
Chefe de Gabinete